

STJ00098262

GISELA GONDIN RAMOS

Advogada

ESTATUTO DA ADVOCACIA
COMENTÁRIOS E JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

6ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte

 **EDITORA**
Fórum

2013

© Gisela Gondin Ramos
 1ª edição OAB/SC
 1999 2ª edição OAB/SC
 2001 3ª edição OAB/SC
 2004 4ª edição OAB/SC
 2009 5ª edição Forense
 © 2013 6ª edição revista e ampliada Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico
 Revisão: Olga M. A. Sousa

Bibliotecária: Izabel Antonina A. Miranda – CRB 2904 – 6ª Região
 Indexação: Maria Clarice Lima Batista – CRB 1326 – 6ª Região

Projeto gráfico: Walter Santos

Capa: Reginaldo César de Sousa Pedrosa

Diagramação: Reginaldo César de Sousa Pedrosa

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º/16º andares – Funcionários – CEP 30130-007
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
 www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

R 175e Ramos, Gisela Gondin

Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada / Gisela Gondin Ramos.
 – 6ª edição revista e ampliada. – Belo Horizonte : Fórum, 2013.

656 p.

ISBN 978-85-7700-665-6

1. Advocacia. 2. Ética jurídica. I. Título.

CDD: 347.052

CDU: 347.965.4

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RAMOS, Gisela Gondin. *Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada*. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 656 p. ISBN 978-85-7700-665-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO Marcus Vinicius Furtado Coêlho	17
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO Roberto Busato	19
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO Rubens Approbato Machado	21
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO Reginaldo Oscar de Castro	23

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994

TÍTULO I – Da Advocacia

CAPÍTULO I – Da Atividade da Advocacia

Artigo 1º	25
COMENTÁRIOS	25
História da advocacia.....	25
O <i>jus postulandi</i> na Justiça do Trabalho.....	27
O <i>jus postulandi</i> nos Juizados Especiais	29
Os novos Juizados Especiais Federais e o <i>jus postulandi</i>	31
O julgamento das ADIs sobre os dispositivos do Estatuto.....	32
Atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.....	32
Impetração de <i>habeas corpus</i>	33
Vistos em atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas	33
Intervenção em escrituras públicas (inventários, partilhas, separações e divórcios)	34
Publicidade da advocacia	35
Divulgação pela internet	36
JURISPRUDÊNCIA OAB	37
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	41
Artigo 2º	45
COMENTÁRIOS	45
A advocacia como <i>munus</i> público	45
A administração da Justiça.....	47
A indispensabilidade do advogado	48
Inviolabilidade do advogado.....	48

JURISPRUDÊNCIA OAB	49
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	50
Artigo 3º	63
COMENTÁRIOS	63
Inscrição na OAB – requisito para o exercício da advocacia.....	63
Advocacia pública	63
Estagiário	64
JURISPRUDÊNCIA OAB	65
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	65
Artigo 4º	69
COMENTÁRIOS	69
Exercício ilegal da profissão – nulidade dos atos praticados.....	69
Advogados impedidos ou incompatibilizados	69
Advogados suspensos ou licenciados	70
Independência das jurisdições.....	70
JURISPRUDÊNCIA OAB	70
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	71
Artigo 5º	75
COMENTÁRIOS	75
O mandato judicial.....	75
Renúncia ao mandato	76
JURISPRUDÊNCIA OAB	77
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	80

CAPÍTULO II – Dos Direitos do Advogado

Artigos 6º e 7º	88
COMENTÁRIOS	91
Direitos e prerrogativas dos advogados	91
A dignidade da advocacia.....	92
A liberdade e a independência do advogado.....	92
Liberdade de exercício da profissão de advogado (inc. I).....	92
Inviolabilidade (inc. II)	93
A comunicação reservada com clientes (inc. III).....	93
Prisão do advogado (incs. IV e V).....	93
Liberdade de acesso (VI, VII, XII, XX).....	95
Contatos pessoais com magistrados (inc. VIII).....	95
Uso da palavra (IX, X e XI).....	96
Imunidade profissional – liberdade de expressão (§2º).....	97
Exame de documentos – vista de processos (incs. XIII, XIV, XV e XVI).....	100
Uma decisão histórica.....	101
Desagravo público.....	118
Símbolos privativos (inc. XVIII)	121

Depoimento como testemunha – sigilo profissional (inc. XIX)	122
As alterações promovidas pela Lei nº 11.767/2008	122
JURISPRUDÊNCIA OAB	129
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	133

CAPÍTULO III – Da Inscrição

Artigo 8º	146
COMENTÁRIOS	147
Requisitos necessários à inscrição	147
O Exame de Ordem	152
A constitucionalidade do Exame de Ordem	154
A decisão do Supremo Tribunal Federal	169
O Exame de Ordem e a comprovação do domicílio	182
Inscrição do advogado estrangeiro	183
Consultores em direito estrangeiro	184
JURISPRUDÊNCIA OAB	184
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	191

Artigo 9º	196
COMENTÁRIOS	197
Estágio profissional – conceito e requisitos	197
Local da inscrição	197
Duração do estágio	197
Desde quando pode ser deferida a inscrição de estagiário	197
Convênios com instituições de ensino	198
Credenciamento de escritórios de advocacia	198
Requisitos necessários ao credenciamento junto à OAB	198
Estágio por bacharel em direito	198
Atos que podem ser praticados pelo estagiário	199
JURISPRUDÊNCIA OAB	203
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	208

Artigo 10	213
COMENTÁRIOS	213
Inscrição principal	213
Domicílio	213
Inscrição suplementar	214
Transferência	216
Vício ou ilegalidade na inscrição principal	216
JURISPRUDÊNCIA OAB	217
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	225

Artigo 11	232
COMENTÁRIOS	232
Cancelamento da inscrição	232
Hipóteses de cancelamento relacionadas pelo art. 11	232
Hipóteses não elencadas expressamente no art. 11	233
Reabilitação e nova inscrição	234

JURISPRUDÊNCIA OAB	234
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	237
Artigo 12	241
COMENTÁRIOS	241
Licença	241
Hipóteses de licenciamento	242
JURISPRUDÊNCIA OAB	242
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	244
Artigos 13 e 14	248
COMENTÁRIOS	248
Documento de identidade profissional	248
Indicação do registro na OAB	248
Divulgação da atividade profissional da advocacia	249
JURISPRUDÊNCIA OAB	249
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	249

CAPÍTULO IV – Da Sociedade de Advogados

Artigos 15 a 17	250
COMENTÁRIOS	251
Advocacia em sociedade	251
Natureza jurídica	252
Constituição e registro	253
Denominação	253
Responsabilidades	254
Objeto – prestação de serviços de advocacia	255
Incompatibilidade ou impedimento de sócio	255
Filiais	262
Questões éticas e disciplinares	262
Contrato de associação	263
Certidões	264
Sociedades de consultores estrangeiros	264
JURISPRUDÊNCIA OAB	265
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	268

CAPÍTULO V – Do Advogado Empregado

Artigos 18 e 19	278
COMENTÁRIOS	278
Advogado – relação de emprego e relação de patrocínio	278
A subordinação jurídica do advogado empregado	279
Deveres do advogado sujeito à relação de emprego	280
Interesses pessoais do empregador	281
Advocacia de partido	281
Advocacia pública	282

Salário mínimo profissional	282
O advogado empregado antes e depois do Estatuto.....	283
JURISPRUDÊNCIA OAB	283
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	284
Artigos 20 e 21	290
COMENTÁRIOS	290
A jornada de trabalho fixada pelo Estatuto – sua aplicação imediata aos contratos em curso	291
Natureza do contrato de trabalho.....	293
A questão do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.....	294
Do ato jurídico perfeito.....	295
Do direito adquirido	295
A questão da dedicação exclusiva.....	297
As impropriedades do Regulamento Geral.....	300
Honorários.....	304
JURISPRUDÊNCIA OAB	304
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	306

CAPÍTULO VI – Dos Honorários Advocatícios

Artigos 22 a 26	318
COMENTÁRIOS	319
Honorários.....	319
Classificação	320
Pacto de <i>quota litis</i>	322
Honorários advocatícios e assistência judiciária gratuita.....	324
Contratos de honorários. Impossibilidade de revisão pela via de ação civil pública....	330
JURISPRUDÊNCIA OAB	337
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	339

CAPÍTULO VII – Das Incompatibilidades e Impedimentos

Artigos 27 e 28	353
COMENTÁRIOS	353
Restrições	353
Os casos de incompatibilidade.....	354
Poder Executivo	355
Mesa do Poder Legislativo	355
Funções de julgamento	355
Ocupantes de cargos ou funções de direção	356
Serviços notariais e de registro e ocupantes de cargos ou funções vinculados ao Poder Judiciário	356
Vinculados à atividade policial	356
Militares	357
Atividades tributárias	357
Ocupantes de funções de direção em instituições financeiras.....	357

Poder de decisão relevante – conceito	358
Desvinculação temporária.....	358
A incompatibilidade dos servidores do Ministério Público.....	358
JURISPRUDÊNCIA OAB	365
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	372
Artigo 29	376
COMENTÁRIOS	376
JURISPRUDÊNCIA OAB	380
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	382
Artigo 30	382
COMENTÁRIOS	382
Impedimento.....	382
JURISPRUDÊNCIA OAB	386
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	395

CAPÍTULO VIII – Da Ética do Advogado

Artigos 31 a 33	398
COMENTÁRIOS	398
Ética	398
Respeito profissional e prestígio da classe.....	398
Independência.....	399
Relacionamento com magistrados e autoridades	400
Responsabilidade.....	401
Código de Ética e Disciplina	401
JURISPRUDÊNCIA OAB	402
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	408

CAPÍTULO IX – Das Infrações e Sanções Disciplinares

Artigo 34.....	410
COMENTÁRIOS	411
Infrações disciplinares	411
I – Exercício ilegal da profissão	411
II – Sociedade irregular.....	412
III – Utilizar agenciador de causas.....	412
IV – Captação de causas	412
V – Falsa autoria	412
VI – Advocacia contra literal disposição de lei	413
VII – Sigilo profissional.....	413
VIII – Entendimento com parte adversa	415
IX – Prejuízo ao cliente.....	415
X – Provocar nulidade em processo.....	416
XI – Abandono de causa	416
XII – Recusa à assistência jurídica	416

XIII – Publicidade na imprensa	417
XIV – Deturpação de textos legais, doutrinários, jurisprudenciais e documentos	418
XV – Imputação de fato criminoso.....	418
XVI – Descumprimento de determinação da OAB.....	418
XVII – Prestar concurso à realização de ato ilegal.....	419
XVIII – Aplicação ilícita de importâncias recebidas	419
XIX – Recebimento de valores da parte contrária.....	420
XX – Locupletamento.....	420
XXI – Recusar prestação de contas.....	420
XXII – Retenção abusiva ou extravio de autos	421
XXIII – Inadimplência junto à OAB	421
XXIV – Inépcia profissional.....	422
XXV – Conduta incompatível com a advocacia	422
XXVI – Falsa prova para inscrição na OAB	423
XXVII – Inidoneidade moral.....	423
XXVIII – Prática de crime infamante	425
XXIX – Prática irregular por estagiário	426
JURISPRUDÊNCIA OAB	426
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	468
Artigos 35 a 43	476
COMENTÁRIOS	477
O poder disciplinar da OAB – história – fundamentos – natureza.....	477
Sanções disciplinares	480
Circunstâncias atenuantes.....	482
Circunstâncias agravantes.....	483
Publicidade das sanções disciplinares.....	483
Prescrição.....	484
Reabilitação	485
JURISPRUDÊNCIA OAB	485
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	489

TÍTULO II – Da Ordem dos Advogados do Brasil

CAPÍTULO I – Dos Fins e da Organização

Artigos 44 e 45	494
COMENTÁRIOS	495
História da criação da OAB	495
I – Introdução	495
II – O Instituto dos Advogados Brasileiros.....	495
III – A criação da Ordem dos Advogados do Brasil	496
A expressão “ordem”	500
Natureza jurídica da OAB.....	501
Finalidades institucionais.....	504
Finalidades corporativas	504
Independência da OAB	504
Órgãos da OAB.....	505

JURISPRUDÊNCIA OAB	506
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	507
Artigos 46 e 47	512
COMENTÁRIOS	512
Valores cobrados pela Ordem.....	512
Isenção de pagamento da contribuição sindical	512
JURISPRUDÊNCIA OAB	513
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	514
Artigo 48.....	516
COMENTÁRIOS	516
JURISPRUDÊNCIA OAB	517
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	519
Artigos 49 e 50	519
COMENTÁRIOS	520
JURISPRUDÊNCIA OAB	521
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	521

CAPÍTULO II – Do Conselho Federal

Artigos 51 a 55	522
COMENTÁRIOS	524
Conselho Federal	524
Composição	524
Sessões.....	524
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	524
Estrutura do Conselho Federal.....	525
JURISPRUDÊNCIA OAB	527
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	529

CAPÍTULO III – Do Conselho Seccional

Artigos 56 a 59	529
COMENTÁRIOS	530
Conselho Seccional.....	530
Composição	530
Sessões.....	531
Participação nas sessões – <i>quorum</i> , voz e voto.....	531
Estrutura do Conselho Seccional.....	532
JURISPRUDÊNCIA OAB	533
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS.....	534

CAPÍTULO IV – Da Subseção

Artigos 60 e 61	537
-----------------------	-----

COMENTÁRIOS	538
Subseções	538
JURISPRUDÊNCIA OAB	540
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	542

CAPÍTULO V – Da Caixa de Assistência dos Advogados

Artigo 62	542
COMENTÁRIOS	543
Caixa de Assistência dos Advogados	543
JURISPRUDÊNCIA OAB	545
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	545

CAPÍTULO VI – Das Eleições e dos Mandatos

Artigos 63 a 67	547
COMENTÁRIOS	548
Processo eleitoral nos Conselhos Seccionais e Subseções	548
Extinção do mandato	554
O processo eleitoral no Conselho Federal	554
<i>Impeachment</i> de Presidente da OAB	556
JURISPRUDÊNCIA OAB	560
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	561

TÍTULO III – Do Processo na OAB

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Artigos 68 e 69	564
COMENTÁRIOS	565
Procedimentos gerais	565
JURISPRUDÊNCIA OAB	565
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	566

CAPÍTULO II – Do Processo Disciplinar

Artigos 70 a 74	567
COMENTÁRIOS	568
Princípios que regem o processo disciplinar	568
Competências	568
Procedimentos na instrução	569
Revisão do processo disciplinar	572
JURISPRUDÊNCIA OAB	573
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	577

CAPÍTULO III – Dos Recursos

Artigos 75 a 77	580
-----------------------	-----

COMENTÁRIOS	581
Recursos	581
Duplo grau de jurisdição – recurso de ofício	581
Legitimação	582
Requisitos de admissibilidade	582
Juízo de admissibilidade	582
Efeitos	582
Prazo recursal	583
Impedimentos	583
JURISPRUDÊNCIA OAB	583
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	591

TÍTULO IV – Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigos 78 a 80	593
COMENTÁRIOS	593
Regulamento	593
Servidores da OAB	594
Conferências de Advogados	595
Colégio de Presidentes	595
JURISPRUDÊNCIA OAB	595
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	596
Artigos 81 a 87	598
COMENTÁRIOS	599
JURISPRUDÊNCIA OAB	599
JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAIS	601
REFERÊNCIAS	605

ANEXOS

ANEXO A – Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB	611
ANEXO B – Código de Ética e Disciplina da OAB	631
ANEXO C – Lei nº 11.767, de 7 de agosto de 2008	637
ANEXO D – Provimento nº 146/2011, do Conselho Federal da OAB	639
ANEXO E – Resolução nº 2/2011, do Conselho Federal da OAB	645
ÍNDICE DE ASSUNTO	647
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	653